

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

II SEMINÁRIO MICHEL FOUCAULT: GOVERNAMENTALIDADES
CONTEMPORÂNEAS

AUTOR: MARCELO DE SOUZA CARNEIRO

A EMPRESARIALIDADE DO SER NO PÓS MODERNIDADE:
GOVERNAMENTALIDADE, LIBERDADE E CANSÃO.

Artigo para submissão no II Seminário de
Michel Foucault: Governamentalidades
Contemporâneas no Grupo de Trabalho:
poderes e diagnóstico do contemporâneo

MARÍLIA

2025

Resumo

A pesquisa analisa como a robotização, informatização e virtualização das relações, retira o homem do centro do processo produtivo, tornando-se engrenagem dentro de uma estrutura controlada por sistemas autônomos e inteligência artificial. Nesse contexto, o Estado neoliberal atua como regulador mínimo, incentivando os indivíduos a gerir a própria vida segundo princípios empresariais de eficiência, mérito e performance. Inspirado em Michel Foucault, o estudo comprehende que o biopoder se exerce pela liberdade administrada, promovendo autogestão dos corpos e interiorização da lógica produtiva. Em diálogo com Agamben, verifica-se que o vivente é reduzido à mercadoria de si, em permanente atualização para manter-se “vendável” no mercado de trabalho e das relações sociais. A pesquisa, de caráter qualitativo e método dedutivo, examina como a subjetividade contemporânea é moldada por esse dispositivo de poder, resultando estresse, culpa produtiva e enfraquecimento das afetividades. Por fim, conclui-se que a empresarialização do ser, sob a narrativa da liberdade e da autossuficiência, representa estratégia biopolítica de controle que subordina a vida humana à racionalidade econômica.

Palavras-chave: Biopolítica; Governamentalidade; *Homo Oeconomicus*; Neoliberalismo.
Subjetividade.

1. Introdução

A sociedade nos últimos três séculos passou por diversas transformações no que se refere a como os viventes são governados, como se desenvolvem socialmente as lógicas de poder. As mudanças da forma de governo a partir da política social estão intimamente ligadas com a economia, e, principalmente com as alterações na forma como a sociedade produz bens de consumo e como são as dinâmicas das relações de trabalho.

Dentro dessa realidade de grandes mudanças é importante considerar que a robotização, a informatização, a virtualização das relações e a inserção da inteligência artificial vêm deslocando o homem antes parte central da produção e gestão econômica e da produção para apenas um dos componentes da estrutura produtiva, como engrenagem dentro dessa grande estrutura produtiva dominada pela informatização autônoma e inteligência artificial.

Tais fatores produtivos da pós-modernidade provocaram mudanças nos padrões tradicionais relacionados com a governamentalidade do Estado sob seus súditos. Na esfera econômica a forma de organização política é de ordem neoliberal, havendo menos intervenção do Estado nas relações econômicas, relações de trabalho e de ordem financeira. O Estado mínimo traça apenas diretrizes e supostamente preserva a liberdade dos viventes para gerirem sua vida dentro dos diversos campos sociais, inclusive o econômico. (Foucault, 1979)

A queda do Muro de Berlin simbolicamente representa figurativamente o marcador histórico das transformações sociais atuais mais agudas, marcando o esmaecimento do suposto tônus da relação Capital Trabalho do equilíbrio entre os donos do capital e a mão produtiva. Dessa maneira, quando se analisa a gestão das relações dos viventes, a partir do campo de observação descrito pela bibliografia sobre o tema, é possível perceber que estes são incentivados a gerir a sua própria vida a partir de incentivo ideológico publicitário de que “você é dono do seu próprio destino”.

Nesse viés esse pequeno estudo pretende compreender de forma mais aprofundada as causas biopolíticas e de biopoder que levam os viventes a conduzir a gestão da vida e das suas relações sociais dentro da lógica empresarial, Quais seriam os processos de poder que viabilizaram esse modelo de gestão da vida humana?

Assim, a pesquisa pretende avaliar como se deram as transformações da subjetividade do *homo Oeconomicus* a partir da internalização do conceito de eficiência e controle a partir do modelo de meritocracia e performance. (Foucault, 2008)

Outro ponto que se buscou analisar foi justamente as causas biopolíticas e de biopoder que conduzem os viventes a se comportarem como mercadoria de si mesmo se pondo no mercado para venda, reagindo à processo de obsolescência com condutas de atualização e reformulação de práticas de autogestão.

Por fim, este trabalho se pôs a analisar quais as consequências dessa prática para a vida dos viventes socialmente para as relações afetivas, sociais e familiares e se esse processo de empresarialidade do ser pode gerar quadros de estresse e culpa produtiva aos viventes.

Dessa maneira, o estudo tem como objetivo de pesquisar como ocorre, dentro da lógica do biopoder e da biopolítica, a dominação do vivente a partir da disseminação da estratégia do controle dos corpos a partir da liberdade bem como da lógica da eficácia e do rendimento empresarial. (Agamben, 1998).

Foi propósito da pesquisa também analisar as razões implícitas que existem para que haja incentivo e fomento para esse fenômeno biopolítico e de biopoder sobre os corpos dos viventes e se tal prática está atrelada a um ganho econômico de algum grupo social em específico.

Por fim, a pesquisa tem como objetivo pontuar algumas consequências e repercussões desse comportamento social de eficácia e empresarialidade seja no âmbito social como também na esfera econômica e nas relações de trabalho do próprio vivente e quais as consequências objetivas para estes.

Para a realização da pesquisa utilizou-se como referenciais Michel Foucault que trata da governamentalidade abordando a fenomenologia social a partir dos diversos entes sociais aptos a praticar a dominação no campo social. Foucault contribui com o estudo ao demonstrar que a governamentalidade pode gerar dominação sobre os corpos do indivíduo a partir da prescrição da ação humana de forma normativa.

Marcuse também serve de apoio ao desenvolvimento do presente estudo ao analisar o conceito de desempenho humana dentro da construção de governamentalidade dos corpos da empresarialidade dentro da concepção do ser humano como “ente instrumental” com uma finalidade específica e produtiva.

Para apoio à pesquisa utilizou-se os conceitos de Byung-Chul Han (2017) relativos à leitura da sociedade do cansaço ressaltando a existência de falsa lógica social de autodeterminação humana perfazendo-se um contra controle a partir da narrativa da total autoapropriação de suas escolhas e sua biografia.

A pesquisa realizada é qualitativa de caráter exploratório através do método dedutivo, tendo como campo de pesquisa a bibliografia inerente ao tema visto que o propósito da

pesquisa é identificar as relações de poder dentro desse dispositivo que gera a subjetivação do vivente que assimila em sua ética modelo de gestão empresarial.

2. O biopoder como forma de controle do ser.

Ao se analisar as diversas abordagens históricas sobre o poder e a governamentalidade do Estado sobre seus súditos, pode-se verificar que esta, no decorrer dos séculos, passou por mudanças e transformações na forma de abordagem e práticas de gestão sobre a dominação e o controle da população.

A partir de uma leitura mais aprofundada de Michel Foucault (1988; 2008) e outros autores que tratam sobre a governamentalidade e o biopoder, verificou-se que a forma estatal de dominação sobre os seus súditos era de forma individualizada e ocorria de forma física, ou seja, de forma corporal sobre os súditos, realizando-se execuções públicas para demonstrar a força e poder do governante, sendo uma demonstração de força soberana voltada à intimidação e à manutenção da ordem (FOUCAULT, 1987). Essas práticas tinham como propósito inibir o descumprimento de regras pré-estabelecidas bem ou mesmo evitar rebeliões e golpes destinados a tomadas de poder por quaisquer grupos que seja (FOUCAULT, 2008).

Com o desenvolvimento do processo de industrialização, houve também o crescimento da burguesia como poder econômico e político. Tal surgimento dessa classe social gerou confrontações com os sistemas de governo absolutistas, ocorrendo embates pelo poder governamental. Tais confrontações foram de ordem ideológica inicialmente e tiveram o papel convencer a população sobre a se insurgir contra o sistema de governo tradicional (FOUCAULT, 2008). Uma das formas de cooptação e convencimento foi através da esfera pública, utilizando-se campanhas de mídia e publicações tecendo críticas e apontamentos das mazelas relacionadas com a violenta prática governamental de controle sobre os corpos dos súditos bem como sobre o própria forma de organização e legitimação do governo absolutista

Paralelamente, o iluminismo e o avanço do pensamento científico introduziram o ideal de racionalização das relações sociais e políticas. A partir desse contexto, emergiram estudos estatísticos e demográficos voltados à compreensão e à gestão da população, configurando o que Foucault denominou de biopolítica como um modo de governar que visa à preservação, à otimização e ao controle da vida coletiva (FOUCAULT, 1988).

Desse modo, a governamentalidade deixou de ser centrada na punição dos corpos para assumir um caráter de gestão da vida, em que o foco passa a ser o controle demográfico, sanitário e social das populações. Surge, assim, o **biopoder**, como a forma de poder que “faz

viver e deixar morrer”, em contraste com o poder soberano que “deixava viver e fazia morrer” (FOUCAULT, 1988, p. 128). A governamentalidade então modifica-se para modelo voltado a um gestão da vida dentro do âmbito populacional pautado em ações sociais voltados ao controle coletivo dentro da lógica científica demográfica e preservação da vida e dos riscos sociais.

Essa nova forma de poder é de caráter normativo e regulamentar, buscando a condução das condutas e a modelagem de papéis sociais considerados ideais: o “indivíduo sujeito de direitos”, o “cidadão produtivo”, o “homem de bem”. Além disso, Foucault (1987) destaca que o biopoder não é uma atividade exclusiva do Estado, **mas se disseminam em múltiplas instituições, como a família, a escola, a igreja e o sistema médico, todos atuando na normalização e disciplina dos corpos.** (grifo nosso)

Mas, ao se ter olhar mais profundo sobre o assunto é possível verificar que a mudança do modelo de governamentalidade exercido pelo Estado e desenvolvida no meio social tem uma motivação bastante relevante: manter os corpos dóceis e vivos para servirem como mão de obra apta a trabalhar no mercado de trabalho. De fato, com a industrialização e o iluminismo, a governamentalidade sobre os corpos é componente do que se denomina gestão científica da produção, de maneira que os recursos humanos foram inseridos dentro da ciência da administração dos processos produtivos.

A biopolítica evolui para uma lógica em que o Estado moderno passa a gerir a “vida nua”, ou seja, a vida reduzida à sua dimensão biológica, sujeita a ser incluída ou excluída das proteções jurídicas conforme a conveniência política. (Agamben, 2002) Em complemento, as sociedades contemporâneas transmutam da disciplina institucional para o controle difuso, operando por meio de fluxos contínuos de informação, algoritmos e modulação comportamental (Deleuze, 1992).

Conclui-se que o biopoder constitui o ápice de um processo histórico de racionalização da vida, em que o corpo humano deixa de ser mero objeto de punição para se tornar objeto de gestão. A passagem do poder soberano ao poder biopolítico revela uma mudança na lógica do governo: do controle da morte à administração da vida.

O sujeito moderno é, portanto, simultaneamente livre e governado, autônomo e disciplinado, vivendo em um campo de forças no qual o poder se infiltra nas relações sociais mais sutis e cotidianas. Essa racionalidade biopolítica, ao mesmo tempo em que promete proteção e bem-estar, perpetua novas formas de sujeição e controle

2. O sujeito empresarial dentro da lógica neoliberal

Como inicialmente abordado no tópico anterior, a partir do Século XVII, verifica-se o crescimento da adoção de um olhar científico na compreensão dos fenômenos naturais e também das relações sociais no mundo ocidental. Essa lógica científica e cartesiana passou a se disseminar no seio social modificando a compreensão de como se dão as relações sociais e como se organiza e se opera a concepção do ser e a mensuração da conduta e do papel do homem dentro da sociedade.

Dessa maneira, até o século XVII a compreensão do ser humano e a concepção dos seus valores e condutas e a normatização do agir humano fundava-se em torno de uma lógica metafísica. A motivação humana era atingir o bem maior religioso e cósmico e o caminho é seguir as regras morais estabelecidas pela divindade. Com a modernidade e as transformações científicas, o conceito da ação humana, aos poucos vai se modificando para uma concepção centrada no próprio humano que adquire caráter mais instrumental como sendo o homem medida para a sua própria existência e dos parâmetros hipoteticamente por eles mesmos estabelecidos (Descartes, 1973).

Logo no início dessa nova epistemologia, Thomas Hobbes em sua obra *O Leviatã* (Hobbes, 2003) ressalta que a natureza da ação humana é permeada por condutas de autoconservação e de competitividade, segundo, é claro, pelos seus próprios interesses e motivações para atingir seus objetivo, a partir uma conduta mecânica e prática.

A teoria de Smith (mão invisível) (1983) abriu portas para a construção de teorias utilitaristas que permitiram aferir, dosar e controlar a ação humana dentro de uma lógica matemática como unidade de cálculo mensurável. O utilitarismo sedimenta ainda mais a possibilidade de se ressignificar e manejar a ação humana dentro de critérios objetivos e práticos. A gestão da conduta humana é algo mapeável e manejável, administrável. Assim, a partir de todas essas lógicas e pensamentos sobre a ação humana e tantos outros dissociados da metafísica é que podemos compreender a dimensão humana dentro do conceito do *Homo Oeconomicus*.

2.1 O *homus Oeconomicus* e a governamentalidade do ser

Assim como o desenvolvimento do cientificismo iniciado no século XVII, os avanços da lógica de mercado decorrente da industrialização e do aquecimento das relações comerciais

no mundo também foram combustível para fomentar o processo de ressignificar a ação humana sob o enfoque das relações econômicas.

Nos anos de 1970 com os processos de robotização da produção e o aceleramento do desenvolvimento da informatização e o processo de globalização dos mercados fizeram com que o protagonismo bipolar do capital e trabalho caísse por terra.

O trabalho humano já não é mais definitivamente o elemento principal da produção no rivalizar com o capital. A tecnologia tomou esse protagonismo e adquiriu importância no mínimo paralela com o trabalho humano.

No pós Segunda Guerra mundial algumas teorias já confirmavam essa lógica da ação humana como secular dentro de um viés e mote da economicidade da vida, visto que toda ação humana é realizada com base em escolhas de acordo com os fins desejados (Mises, 1996).

Por todos esses fatores socioeconômicos aqui apresentados, toda ação humana atual está atrelada pela lógica do *Homo Oeconomicus* de maneira que o exercício dos papéis sociais dos viventes estão orientados por regras econômicas e empresariais que estão relacionadas com rendimento, desempenho, eficiência etc.

Assim como todas as relações econômicas dentro da contemporaneidade neoliberal, a ação humana se pauta pela narrativa da liberdade de agir, liberdade de tomar decisões sobre a própria vida. Mas essa tal liberdade da ação humana ao estar exposta aos agentes do mercado e concorrência com a mecanização e padronização tecnológica geram danos maiores que a própria lógica do capital trabalho ao internalizam o papel de *homo Oeconomicus* e concorrerem no mercado como “sujeito econômico livre” estando sujeitos às desigualdades maiores do que experimentadas anteriormente (Marcuse, 1973, p. 24).

Por estar imerso como apenas elemento do processo produtivo, o *homo Oeconomicus* sofre processos de governamentalidade severos pelo fato de não dispor mais as rédeas do controle sobre o seu papel produtivo como outrora sendo penalizado pela enganosa lógica de autonomia e autodeterminação. (Os viventes na era neoliberal quando havia a confrontação da relação capital trabalho dentro da lógica da sociedade industrial)

Ademais, a competitividade com a máquina possibilita enormes possibilidades e recursos para que as corporações pudessem abertamente exercerem variadas formas de dominação. A dominação pela tecnologia e pela mecanização não se limita apenas às relações laborais preenchendo todos os campos sociais.

E a governamentalidade sobre o *Homo Oeconomicus* é desenvolvida a partir da lógica da concepção da liberdade que é correntemente disseminada atualmente em nossa era

neoliberal. Afinal, a melhor maneira de dominação existente é aquela que passa imperceptível ao dominado e vai se encaixando dentro de lógicas afirmativas de subjetivação do indivíduo.

O método de controle sobre a ação humana do *Homus Oeconomicus* está ligado à normatização socioeconômica de necessidades humanas não fisiológicas que segundo Marcuse (1973) perpetuam formas rudimentares de existência. Essas necessidades são criadas para preencher desejos e direcionar comportamentos e manter a ação humana direcionada em comportamentos e condutas autodestrutivas e limitantes ou mesmo que estabelecem a construção de determinada ideologia que induza outros comportamentos como desejado pelo governo.

Exemplificadamente, as necessidades não fisiológicas como distrair-se, descansar, consumir, relacionar-se no qual os viventes proporcionam para si e para o outro são as temáticas de controle sobre a ação humana dentro desse modelo neoliberal pautado sob o engodo paradoxal da silenciosa normatização da liberdade que aprisiona a partir da disparidade de armas e a tecnologia e a robotização dos processos institucionais.

A ação humana inspirada na autoconcepção do *Homo Oeconomicus* não se restringe apenas à esfera produtiva ou mercantil, mas passa a orientar toda a conduta social. O indivíduo, visto como um agente racional e calculista, internaliza a lógica da maximização de resultados e da minimização de custos em suas relações interpessoais, políticas e até afetivas. Assim, decisões antes guiadas por valores éticos, morais ou comunitários passam a ser analisadas sob critérios de utilidade e eficiência. A solidariedade, por exemplo, cede espaço à competição; a cooperação, à busca individual por vantagens; e o convívio social transforma-se em um campo de estratégias de autopromoção e investimento em “capital social”.

Esse comportamento economicista se manifesta de forma concreta em práticas cotidianas que se traduzem na forma de gerenciar o tempo livre, escolher amizades, planejar a carreira ou decidir sobre o casamento e assim se faz sempre com base em cálculos de custo-benefício. Essa transposição da racionalidade econômica para as demais esferas da existência reforça a alienação do sujeito moderno, que passa a viver segundo lógicas e metodologias de desempenho e retorno, mesmo fora do campo econômico propriamente dito.

É claro que o propósito maior de todas essas estratégias de governo está relacionado com a produtividade empresarial. É indispensável o controle dos comportamentos sociais e manipulação da satisfação humana para que se tenha viventes mais produtivos e aptos a serem explorados pela lógica do capitalismo para que sirvam felizes à exploração do trabalho.

Um dos vértices para garantir disposição e responsividade aos duros desafios do exercício do trabalho (penosidade laborativa e salário vil) são disseminadas algumas formas de ação humana a partir de modelos de comportamentos relacionados com padrões comportamentais relacionados à empresarialidade do ser e a reafirmação do propósito humano da meritocracia.

2.2 O vivente como empresa de si e a lógica da meritocracia.

Partindo-se de uma análise histórica sobre o desenvolvimento da empresarialidade do ser, é possível verificar que o neoliberalismo norte americano redefiniu as questões relacionadas à subjetividade do *Homo Oeconomicus* de maneira que passa a assumir papel de empresarial como empreendedor de si mesmo, assumindo conceitos de gestão empresarial dentro de universo da sua subjetividade.

Segundo Foucault (2008) o vivente contemporâneo deixa de ser considerado somente como empreendedor ou consumidor e a passa a ser empreendedor de si próprio, de maneira que a ação humana passa a ser vista como commodity e capital e a avaliação de sua existência está relacionada com questões como produtividade e rentabilidade.

Dentro de aspecto de sua autovalorização, o *homo Oeconomicus* passa a considerar requisitos como o tempo, o corpo e as relações sociais como elementos constituidores do que se considera “Capital Humano”, cujo aprimoramento é requisitos indispensável para obtenção de resultados dentro do seu papel dentro do modelo econômico Neoliberal. A liberdade, que era ideal e modelo político e ético passa a ser pressuposto da própria ação humana dentro da sociedade neoliberal contemporânea que passa por abissais transformações e fabricam empreendedores de si já providos de racionalidade empresarial. (Dardot, Laval, 2016).

Ademais, em relação às novas características de subjetividade e governamentalidade que constitui o *homo Oeconomicus* faz-se necessário convencimento e engajamento do vivente, distanciando-se totalmente de qualquer modelo anterior em que haviam medidas coercitivas. A governamentalidade contemporânea se apoia exclusivamente nas campanhas de convencimento dos viventes para exerçam sua “legítima prerrogativa humana da liberdade de iniciativa” (destaque do autor do artigo) mas na prática empreendem para o caminho da auto exploração e assumindo a condição de escravo de si mesmo. (Han, 2015).

A subjetivação e o dispositivo da empresarialidade do ser são fomentados pelo discurso do governo sobre a liberdade de iniciativa e empreendimento dentro da construção de uma ilusão de que “o sol nasce para todos” e de que basta empenho e dedicação (auto exploração) dos viventes que todos os seus objetivos serão atingidos. A injustiça social passa a ser compreendida como algo controlável e tangível pela ação humana de forma que se transforma em questão moral e não mais social.

Como se verifica, o lema e propósito do *homo Oeconomicus* é a ética e lógica da superação ao compreender que seu destino e a obtenção dos resultados está intimamente ligada ao seu próprio empenho e dedicação o que o convence em empreender em busca por eficiência e desempenho para que haja relação direta à maximização de resultados. Fica estabelecido, portanto, o desejo de se superar como objetivo para obtenção dos resultados a partir dos seus próprios projetos estabelecidos validados pela prerrogativa do exercício da liberdade de autodeterminação sobre sua vida.

Analiticamente, é possível identificar uma relação íntima entre a empresarialidade do ser com a meritocracia de maneira que aquela produz subjetividades entre os viventes que se veem como empresa enquanto esta fomenta a ignorância às desigualdades sociais dentro de uma lógica de mérito de ordem moral.

No neoliberalismo contemporâneo, a sociedade de consumo permite uma aproximação e homogeneização despolarizante dos personagens presentes na relação de consumo de maneira que consumidores e fornecedores possam exercer os mesmos papéis dentro da sociedade neoliberal. Essa realidade promove um caminho indispensável: aprimoramento e reinvenção constante e compulsória.

Toda essa construção de uma ética voltada a subjetivação desse novo modelo de *homo Oeconomicus* dentro do neoliberalismo contemporâneo faz com que o vivente assuma todo o jugo do ônus do risco da sua empreendedorismo, de maneira que o insucesso representa ineficiência pessoal pura e simples desconsiderando qualquer situação relacionada com a disparidade de forças e desigualdades de ordem socioeconômica. (Bauman, 2008).

A governamentalidade sobre o *Homo Oeconomicus* estimula e se aproveita da liquidez e incerteza das relações frágeis e instabilidade das relações sociais e vínculos afetivos e instabilidades profissionais, pois essas situações podem gerar constante mobilização para estar apto para servir as formas de produção e trabalho atuais de ordem neoliberal.

É importante ressaltar que a empresarialidade do ser está realmente incorporado dentro da praxidade das relações humanas como formas de produção e consumo, mas é importante ressaltar que a empresarialidade do ser se manifesta e impacta outros segmentos que

extrapolam as relações econômicas atingindo as relações sociais como um todo como se verá no próximo tópico.

3, O sujeito empresarial nas relações sociais e a sociedade do cansaço

Como foi visto no tópico anterior, o *homo Oeconomicus* no neoliberalismo contemporâneo assume papéis relacionados ao governo de si dentro de uma lógica empresarial e de mercado dentro da prerrogativa de que todos são livres possuem autonomia biográfica no meio social.

Por isso, é possível dizer que atualmente a subjetivação sofre muitas reconfigurações de maneira que os viventes tornam-se empresas de si investindo intensivamente na continuidade da própria vida. O Neoliberalismo deixou de ter aspecto econômico para se tornar realmente racionalidade política que modelo como os viventes se relacionam consigo mesmo e com os outros.

Essa racionalidade biopolítica proporciona razão humana desprovida de finalidade própria, reduzida a instrumento. Quando o ser é capturado pelo dispositivo econômico-político, ele deixa de ser fim em si mesmo e passa a funcionar como **meio operativo**, uma ferramenta útil ao sistema. Essa “utilização do ser como ferramenta” constitui o núcleo da alienação moderna: o humano deixa de simplesmente viver e passa a “funcionar”. (Agamben, 2014, p.101-104). A vida é posta a serviço da produção e da visibilidade constituindo-se uma vida convertida em trabalho contínuo sobre si mesma.

Aprofundando-se mais nessa questão do neoliberalismo como racionalidade política, a transformação da subjetivação contemporânea dos viventes que deixam de ser sujeitos de direitos para, na realidade, tornaram-se objeto de performance ocorrendo uma transformação ontológica. A sociedade que se perfaz de caráter disciplinar passa a ser a sociedade do desempenho (Han, 2017).

A dominação biopolítica direciona a ação humana prática não mais para a faculdade de fazer, mas sim para o dever irrenunciável de produzir-se e aprimorar-se. Dentro dessa lógica de ação humana é possível perceber que a individualidade humana foi cooptada para essa prática aviltante do ser.

Nesse viés, o sujeito é constantemente conduzido a se vender, se aprimorar e se reinventar. O corpo, a imagem, as emoções e até o tempo são convertidos em capital

simbólico e recursos de mercado. A visibilidade, antes associada ao reconhecimento social, torna-se uma mercadoria em si mesma. As pessoas construídas pelos viventes nas redes sociais tornam-se paradigmas mensuráveis, delimitáveis e mobilizados em prol da eficiência e performance. Mas é importante compreender que o dispositivo da performance gera impactos em outras áreas da vida humana como no campo ético, familiar e afetivas, como veremos no próximo subtópico.

3.1. As repercussões da empresarialidade do ser nos campos familiar, ético e afetivo.

Esse fenômeno biopolítica relativo à empresarialidade do ser não se limita a repercutir somente no âmbito econômico, mas tais transformações do sujeito repercutem também na esfera sociais, éticas e familiares.

A lógica neoliberal atravessa o campo das emoções e reconfigura o modo como os indivíduos amam, se relacionam e constroem vínculos. O amor, a amizade e a solidariedade passam a ser mediados por critérios de utilidade e visibilidade. Como observa Eva Illouz (2011), as relações afetivas se tornam “mercantilizadas”, pois são atravessadas por códigos de eficiência emocional e gestão racional dos sentimentos.

Nas redes sociais, por exemplo, a expressão emocional é convertida em capital simbólico: curtidas, seguidores e engajamento substituem o afeto espontâneo. O “eu” só existe quando é visto, e, para ser visto, precisa adaptar-se aos critérios do mercado da atenção, que se perfaz na produção de postagens nas redes sociais, produção de conteúdo, informar a sociedade do espetáculo de que está “online”.

A exposição constante nas redes sociais, nas dinâmicas profissionais e mesmo nas relações íntimas produz uma forma de economia afetiva, na qual cada gesto é medido pelo retorno que pode gerar, seja em capital social, visibilidade ou aceitação. A liquidez dos vínculos não significa ausência de laços, mas a sua constante instrumentalização: o outro é mantido enquanto útil e descartado quando deixa de produzir prazer, status ou reconhecimento (Bauman, 2003).

As relações humanas, antes fundadas na reciprocidade e na presença, tornam-se relações de troca e cálculo. A emoção é instrumentalizada, transformando-se em recurso performativo para sustentar uma identidade competitiva e desejável. Esse processo marca uma transformação ética e afetiva na experiência contemporânea: o outro deixa de ser reconhecido como alteridade significativa e passa a figurar como espelho e instrumento de validação. O

vínculo interpessoal, outrora orientado pela partilha e pela gratuidade, é reconfigurado pela lógica da utilidade e da visibilidade.

No plano ético, essa lógica produz o esvaziamento dos valores comunitários e a ascensão de uma moral da eficiência individual. O sucesso deixa de ser compreendido como resultado de um processo coletivo e passa a ser um índice moral: ser produtivo é ser virtuoso. Como apontam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo cria uma nova normatividade, na qual o indivíduo é responsável por tudo o que lhe acontece. O fracasso não é mais efeito de uma estrutura social desigual, mas sinal de falha pessoal.

As consequências dessa racionalidade também se estendem à esfera familiar. A família, tradicionalmente vista como espaço de refúgio afetivo e solidariedade passam a ser colonizados pelas mesmas exigências de produtividade e aperfeiçoamento. O tempo familiar é comprimido pela aceleração do trabalho e pela hiperconectividade; o cuidado cede espaço à gestão da rotina e ao desempenho dos papéis sociais. O discurso do “crescer juntos” ou “evoluir como casal” muitas vezes oculta a pressão para que todos os membros da família performar eficiência emocional e sucesso simbólico. A lógica da empresa contamina o lar: pais tornam-se gestores de filhos e parceiros tornam-se avaliadores mútuos de desempenho afetivo.

Há de fato a invasão da ética empresarial nas relações afetivas familiares, de maneira que o modelo competitivo e meritocrático gerem também as subjetividades e relações pessoais privadas (Han, 2017). O lar também se torna campo de performance, de maneira que o tempo dos membros da família é aferido segundo lógicas de princípio afetivo e sucesso pessoal, os laços e relações familiares são passíveis de gestão segundo lógica racional em que quanto cada indivíduo pode contribuir para o crescimento da “corporação familiar”.

O biopoder e a governamentalidade neoliberal exercem cooptação afetiva no qual o poder penetra nas estruturas mais pessoais da sociedade. A família é transformada em dispositivo de modelagem subjetiva: nela se aprende a auto gerir emoções, a otimizar comportamentos e a manter a aparência de harmonia produtiva.

O lar deixa de ser espaço de convivência para se tornar laboratório de autossuperação. Relacionar-se não é mais uma experiência de interação subjetiva com outro, mas sim uma meta a ser sempre aprimorada. E a consequência desse fenômeno é processo que se denomina alienação doméstica em que o sujeito sente-se sempre em dívida consigo e com os outros, obrigado a provar diariamente sua capacidade de ser “bom pai”, “boa mãe”, “bom parceiro”. O amor, a empatia e o cuidado devem ser avaliados dentro de parâmetros de eficiência emocional.

3.2. A perda da inoperosidade e a culpa produtiva

Por tudo que se estudou aqui sobre a empresarialidade do ser e o governo dentro do neoliberalismo a partir da subjetivação da liberdade, verifica-se que o poder na contemporaneidade atua de dentro para fora, de maneira que o vivente é vigilante e vigiado, líder e liderado de si mesmo.

Dentro dessa lógica do “self”, o dispositivo neoliberal da liberdade e independência, incentiva aos viventes a prática de autogestão de suas emoções, como uma ferramenta da gestão de performance pessoal. À subjetividade da performance também está incluso o dever de o *homo Oeconomicus* gerir felicidade, otimismo e fazendo comumente uso conceitos de autoajuda e do coaching são construções que se adequaram a esse aspecto do biopoder e biopolítica no neoliberalismo.

A exaustão é normatizada como patologia que é passível de autocuidado pelo vivente e o descanso passam a ser visto como dispensável. O controle da produtividade dos corpos no neoliberalismo é manejado pelo incentivo ao próprio vivente a se auto explorar e se auto cobrar. Essa realidade é concebida como sociedade do cansaço, realidade em que isoladamente e desapercebidamente, ocorre a mais dócil e aceita exploração: a escravidão de si mesmo (Han, 2015).

A paralisação como inoperosidade que se reflete na possibilidade de parar suas atividades e não agir como arma para auto-exploração é conduta do qual o indivíduo se mostra incapaz de praticar por ser seduzido pelo dispositivo da utilidade. A contemporaneidade produtivista faz com que o vivente perca seu ócio e também a faceta ética e romântica da sua existencialidade.

Nesse cenário, emerge a culpa produtiva: o sentimento de estar sempre devendo a si mesmo, de nunca ser suficiente. O indivíduo vive em débito permanente consigo, perseguindo uma versão idealizada de si que o mercado e as redes sociais constantemente alimentam. Essa culpa funciona como dispositivo biopolítico, pois converte o sofrimento em combustível de produtividade. O sujeito não se rebela, mas trabalha mais; não questiona o sistema, mas culpa a si mesmo.

Essa forma de sujeição reflete, a captura integral da vida pela economia de maneira que a existência humana é reduzida a mera operacionalidade. O humano é valorizado apenas enquanto útil, e a vida deixa de ter finalidade própria. Romper com esse estado implica

resgatar a dimensão inoperante da existência: a possibilidade de viver sem finalidade, de criar espaços de inutilidade, contemplação e encontro.

4. Considerações Finais

O estudo bibliográfico sobre a empresarialidade do ser pode demonstrar que a industrialização e o desenvolvimento científico da sociedade a partir do século XVII modificou a forma com que a governamentalidade social fora exercida, de maneira que o controle que era sobre os indivíduos passou a se direcionar para a coletividade de forma regulamentar, normativa a partir da disseminação de paradigmas de comportamentos. A governamentalidade, também se dissemina dentro do seio social como prática de diversos entes sociais, não exclusiva do Estado.

Dentro dessa premissa e lógica econômica e científica, o neoliberalismo contemporâneo desenvolveu e modelou comportamentos sociais pautados na empresarialidade do ser no qual a ação humana constitui um padrão denominado *homo Oeconomicus* no qual os viventes passaram a internalizar valores e modos éticos de agir segundo padrões de produção econômica.

Essa forma de governamentalidade incentivou a cultura do “self” no qual cada vivente assumisse autonomamente a direção, gestão e planejamento da sua vida tanto profissional como pessoal, o que de fato evidenciou a internalização dos conceitos empresariais pós-modernos como subjetivação e motivação para ação humana do *homo Oeconomicus*.

Consequentemente, tal subjetivação da ação humana traz como objetivo de vida e caminho para a realização dos propósitos a gestão da sua vida livre segundo os conceitos de performance e eficiência dentro da compreensão ideológica da meritocracia, criando relação direta entre o dever de produzir para poder ter sucesso e atingir os objetivos pessoais. Dentro desse dispositivo da livre iniciativa pessoal do *homo Oeconomicus*, assim como as corporações, os viventes passaram a assumir os riscos dos seus próprios insucessos e suportar o risco dessa empreitada.

A subjetividade a partir da cultura do “self” e cooptação da empresarialidade na ação humana não se limitou às atividades econômicas mas se estendeu aos demais campos sociais como as relações familiares e as relações sociais éticas e afetivas de maneira que as métricas

de produtividade, eficiência e resultados passaram a orientar os papéis dos entes familiares, criando padrão de evolução familiar dentro dos próprios papéis dos familiares.

Também se pode constatar que as relações sociais estão orientadas pela métrica e padrão das relações sociais, visto que se verifica ocorrer coisificação do ser, de maneira que o vivente passa a se emancipar somente quando se faz produtivo, ou quando aparece socialmente expressando conduta de “utilidade” na mídia e nas redes sociais.

Assim as relações afetivas se orientam, de maneira que o outro é reconhecido através de valores segundo o conceito de utilidade e validado segundo ações práticas que atendam a expectativa do outro, havendo processo de instrumentalização do reconhecimento e do acolhimento social.

Ademais, o fenômeno de economização do ser a partir desse modelo de autogestão e auto responsabilidade individual sobre a vida, empreender e resultados dentro da lógica da meritocracia produz consequências biopsicossociais relacionadas com cansaço e o esgotamento humano, em decorrência da desigualdade de forças existentes ao concorrer com a mecanização e a tecnologia e tencionar as relações sociais diante da instrumentalização e coisificação afetiva.

Por isso, verifica-se claramente que há uma construção social de uma “sociedade do cansaço” em que a governamentalidade se direciona para manter os viventes ativos e mobilizados para empreenderem por si e para si, mas, paradoxalmente ficam amarrados nessa jornada extenuante no qual somente as corporações públicas e privadas se beneficiam.

Ao vivente resta o cansaço e a desmotivação e a prevalência biográfica de uma história que se perde na falta de existencialidade, diante da ausência real de autodeterminação e controle real sobre a vida, sem contar com a mitigação do direito de parar e desligar o auto processo produtivo diante da iminente internalização dos modelos produtivos empresariais na alma do ser vivente que morre a partir da execução desenfreada das subjetividades alienantes do pós-modernidade neoliberal.

5. Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I.** Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. Medo líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. “**Post-scriptum sobre as sociedades de controle**”. In: *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HOBBES, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosana Pinheiro-Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: estudos sobre a ideologia da sociedade industrial avançada**. Tradução de Robespierre de Oliveira e Deborah Christina Antunes. São Paulo: EDIPRO, 1973.
- MISES, Ludwig von. **Ação humana: um tratado de economia**. Tradução de Haydn Coutinho. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.